



“Geração Europa?”: um estudo sobre jovem emigração qualificada para França

João Teixeira Lopes

Rute Teixeira

Introdução

Este estudo resulta da resposta positiva a um desafio lançado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela Direção Geral das Comunidades Portuguesas e dos Assuntos Consulares no sentido de se desenvolverem estudos de caso sobre os fenómenos emigratórios na atualidade portuguesa.

Muitas pessoas perguntaram-nos por que decidimos estudar emigrantes qualificados que escolhiam a França como destino.

É verdade que a esmagadora maioria dos que saem tem fraca escolarização (ainda assim é claramente superior à das anteriores vagas, pelo próprio processo estrutural das últimas décadas de forte expansão da escolaridade obrigatória); é verdade, também, que nunca deixou de existir emigração, apesar do deslumbramento fátuo dos anos noventa (os “gloriosos anos” da modernização à portuguesa), em que a imigração provisoriamente suplantou as saídas; é verdade ainda, que os *mass media* parecem ter esquecido os “velhos” emigrantes, num encantamento pelo que é “sexy” (jovem, escolarizado, urbano e cosmopolita). Cogo e Badet, no seguimento de Padilla, referem com acutilância os vieses ideológicos que pressupõem amiúde distinções estigmatizantes: “a noção de migração qualificada abriga uma perceção dominante que tende a definir os migrantes principalmente como os que têm braços e mãos (denominados comumente de ‘migração laboral’ ou ‘económica’) ou como os que têm cérebro (denominados comumente de ‘migração de talentos’, ‘migração altamente qualificada’, ‘fuga’ ou ‘drenagem de cérebros’)”¹ sendo que os primeiros “são necessários” e os segundos “desejados”².

1 COGO; BADET, 2013: 35.

2 PADILLA, 2010.

Experimentamos, além do mais, grandes dificuldades em constituir uma amostra. Apesar das múltiplas bolas de neve que tentamos fazer rolar em simultâneo (embaixada, consulados, universidades, associações da comunidade portuguesa em França, agências bancárias, rede de autarcas lusodescendentes...), apenas conseguimos encontrar inquiridos (113) e entrevistados (14) através da Casa de Portugal em Paris, das *Alliances Françaises* e, principalmente, das redes sociais (*Facebook* e *LinkedIn*). Em suma, obtivemos uma amostra de conveniência e sem representatividade estatística, o que, por si só, comprova que há pouca emigração qualificada para França.

Então por que os estudamos? Precisamente porque são estatística e oficialmente invisíveis, sem registo pelos aparelhos estatísticos nacionais (movimentam-se no espaço Schengen, que pretende abolir os registos e as restrições à mobilidade), sem rasto nas autoridades francesas e portuguesas, que raramente contactam. E ainda porque o retrato mediático tende a ser redutor e quase só baseado em experiências subjetivas (que, não devendo ser ignoradas, podem ser matizadas por padrões e regularidades).

1. Desenho metodológico

Precisemos as questões metodológicas. A nossa primeira opção consistiu na articulação de procedimentos extensivos com procedimentos intensivos, para potenciar a articulação entre dimensões do objeto de estudo, favorecendo ainda a chamada triangulação. De início, aplicámos um inquérito por questionário destinado a jovens e jovens adultos entre os 20 e os 35 anos, com pelo menos uma licenciatura completa, de modo a mapear regularidades sociodemográficas (origens, destinos, inserções sociais, trajetórias) e para resgatar representações, atitudes e opiniões, sempre com o objetivo de encontrar conjuntos de variáveis explicativas.

Esta amostra foi recolhida através de alguns informantes privilegiados que nos aconselharam a usar as redes sociais, particularmente o *Facebook* e o *LinkedIn*, mas também alguns fóruns online o que, evidentemente, conduz a enviesamentos, uma vez que estas redes reproduzem e acentuam mecanismos de desigual distribuição de capital social³. Desta forma, colocamos intervalos relativamente curtos, posts informativos e apelativos, solicitando o preenchimento do inquérito, quer utilizando um anexo em branco e a possibilidade de posteriormente o enviar completado para uma conta de correio eletrónico, quer através da disponibilização do questionário como *Google docs*. Os inquéritos recolhidos por este meio alcançaram 53% do total (113 respostas validadas).

Deste modo, a amostra não pode ser considerada estatisticamente representativa. É uma amostra de conveniência, que obedece aos objetivos da pesquisa. Aliás, esse requisito nunca poderia ser determinante, uma vez que estamos a analisar um fenómeno emergente face ao qual se desconhece o universo de referência.

Em segundo lugar, realizamos catorze entrevistas semi-diretivas a respondentes do questionário que, em campo próprio, assinalaram disponibilidade, fornecendo um contacto.

Na análise de tal informação, depois de transcritas as entrevistas, apresentámos os resultados na forma de treze retratos sociológicos (uma das entrevistas não continha informação suficiente para a construção do retrato), seguindo as pisadas do sociólogo francês Bernard Lahire⁴ que pretende, sem cedências ao psicologismo ou às derivas individualistas pós-modernas, construir uma sociologia à escala individual.

No entanto, neste artigo, por economia de espaço, não iremos apresentar os resultados das abordagens biográficas.

3 RECUERO, 2009.

4 LAHIRE, 2001; LAHIRE, 2002.

2. Permanência e mudança na emigração portuguesa

A emigração é um dos fenómenos sociais que mais mexe com o país, como de resto ficou patente com o sucesso da exibição do filme *Gaiola Dourada* do lusodescendente Ruben Alves.

Uma das razões da sua centralidade como tema de esfera pública prende-se, sem dúvida, com o seu cariz cumulativo, estrutural e histórico⁵. Portugal conhece-se e reconhece-se como nação de emigrantes, o que tem reflexos intensos no imaginário coletivo, na mitologia reinante (e os mitos, mesmo parecendo inexplicáveis, explicam-nos), mas também em representações e práticas sociais concretas. O país, marcado ciclicamente por auto e hétero representações de fechamento e mesmo de paroquialismo, nunca deixou, todavia, de se inserir em movimentos de mobilidade exterior altamente significativos, com forte impacto no modelo de desenvolvimento, no tecido social e em processos de hibridação cultural.

Somos o Estado-Nação europeu com fronteiras há mais tempo consolidadas, mas também um dos que mais se envolveu em processos transnacionais de mobilidade e prova disso é que nunca os fluxos emigratórios deixaram de existir, ao contrário do que alguma opinião publicada foi difusamente insinuando. A certa altura, o país parecia imaginar-se como vivendo uma situação pós-emigratória, fruto do crescimento económico que, na década de noventa, atingiu algum fulgor, estreitamente associado ao processo de integração europeia.

É possível, mesmo no universo das ciências sociais, detetar uma “viragem” no sentido de privilegiar o estudo da imigração⁶, concomitante de uma mutação do país da periferia para o centro do sistema migratório europeu (com a entrada de muitos milhares de imigrantes vindos do leste europeu).

Se analisarmos o fluxo migratório entre 1960 e 2012 fica patente uma nítida quebra das saídas após a revolução (o que coincide, a nível europeu, com a retração sentida aquando dos choques petrolíferos de 1973-1975 e seus efeitos na compressão dos mercados de trabalho, na transição para uma organização produtiva pós-fordista, assente na flexibilização das relações laborais e no alargamento de mercados à escala global) e novo aumento, a partir de 2005, para níveis que se aproximam da década de sessenta, nunca, repetimos, Portugal travou a emigração.

No entanto, autores como Baganha e Peixoto⁷ salientam que já entre 1985 e 1990 se assiste a uma intensificação das saídas permanentes (33 mil indivíduos), ainda que diversificando os países de destino. Além do mais, desde 1985 que se verifica um aumento contínuo da população portuguesa residente em diversos países europeus, tendo mesmo, em alguns casos, mais do que duplicado entre 1985 e 2010⁸, o que demonstra bem a persistência e cumulatividade do fenómeno, apesar do apagão mediático por alturas da viragem do século.

Queremos também salientar que partir da década de noventa a emigração temporária marcou terreno. Fruto de modificações profundas nos mercados de trabalho, como a subcontratação, o destacamento temporário de mão-de-obra, a sua flexibilização interna e externa e a precarização das relações laborais, mas também produto e consequência da instabilidade na vida dos próprios protagonistas, que procuram maximizar o rendimento obtido através de ocupações temporárias e que, por vezes, aliam a decisão de emigrar a circunstâncias conjunturais, agravadas em situações de crise aguda, nomeadamente no que se refere ao pagamento de dívidas.

Como refere Peixoto, trata-se de “obter num período reduzido de tempo um máximo de rendimento – um nível de rendimento que, em circunstâncias idênticas, não seria realizável em Portugal”⁹.

5 GODINHO, 1978.

6 MALHEIROS, 2011.

7 BAGANHA; PEIXOTO, 1997.

8 MARQUES; GÓIS, 2013.

9 PEIXOTO, 2007: 458.

Assim, diversifica-se o perfil do emigrante, nas várias dimensões de análise: i) aumenta o número dos temporários, mas mantém-se um volume não negligenciável de permanentes; ii) diversificam-se as saídas (para outros destinos fora do continente europeu, como Angola e Moçambique, reativando-se o Brasil, ou para “novos” países desse mesmo continente, como o Reino Unido ou a Espanha, este último em franca desaceleração devido à crise, com a reanimação, em paralelo, de fluxos pré-existentes como a Suíça ou o Luxemburgo); iii) eleva-se a participação feminina, apesar de se manter a sobre representação masculina; iv) constata-se a forte juvenilização, com mais de 55% de jovens com idade inferior a 20 anos¹⁰ e, finalmente, iv) cresce o peso relativo das médias e elevadas qualificações, ainda que dentro de um quadro fracamente qualificado.

Entretanto, no virar da segunda década do século XXI, em plena crise económico-social, Portugal parece estar novamente em explosão emigratória. Muitos analistas referem a implicação da intensificação dos fluxos de saída na quebra das taxas de fecundidade e natalidade ou, sob um outro prisma, na significativa redução da população ativa.

Não tem sido fácil classificar o nosso país. Para o pioneiro da Sociologia em Portugal, Adérito Sedas Nunes, a nossa formação social, nos idos anos sessenta, configurava-se como a de uma “sociedade dualista em evolução”¹¹, com algumas áreas privilegiadas, assaz restritas, a situarem-se em Lisboa e Porto, rodeadas por um mar extenso de tradicionalidade. Leston Bandeira, por seu lado, argumentava que a polarização não é tanto a do rural *versus* urbano, mas antes a de um Norte no qual se exprime um processo de “modernização lenta e tardia”¹² face a um Sul que, no essencial, se aproxima dos padrões demográficos europeus, o que evidencia, no conjunto do país, um modelo de transição demográfica singular.

João Ferrão (1996) mostrava o contrário, que, apesar da persistência da ruralidade dos campos, Portugal se urbanizava aceleradamente, complexificando as dinâmicas territoriais e passando de um modelo dicotómico para um xadrez multipolar e reticular. Barreto, na mesma altura, vincava uma “forte desigualdade social estrutural”¹³, mas frisando, ao mesmo tempo, que a sociedade dualista “quase não existe mais”¹⁴.

A especificidade portuguesa está ainda presente na proposta de Boaventura de Sousa Santos¹⁵ para considerarmos Portugal como “sociedade semiperiférica de desenvolvimento intermédio” (em que os padrões de consumo, mais avançados, são descoincidentes face aos ritmos e processos de produção, tendencialmente periféricos, salientando-se uma “sociedade-providência” que completa e/ou substitui um Estado-providência fraco e desigual).

Ou na análise de Machado e Costa que apontam para importantes mudanças estruturais que coexistem, de forma sobreposta e entrecruzada, com “importantes défices de modernização”, pelo que o país seria atravessado por “processos de uma modernidade inacabada”¹⁶.

Mais recentemente, Almeida¹⁷ convoca a perspetiva que os dados do *European Social Survey* permitem, para realçar algumas tendências pesadas: pouca confiança interpessoal, ligada a fracos níveis de capital social, menor ainda nas classes mais desfavorecidas (o que propicia fechamento e laços relacionais fracos); baixos níveis relativos de autotranscendência (“princípios universalistas e de autopromoção”) e elevados de autopromoção (poder e realização), ainda que a 1ª seja superior à 2ª; índices relativamente baixos de otimismo e satisfação com a vida (em particular nas classes menos capitalizadas) e uma escassa percentagem de

10 MALHEIROS, 2011.

11 NUNES, 1968.

12 BANDEIRA, 1996: 39.

13 BARRETO, 1996: 43.

14 BARRETO, 1995: 843.

15 SANTOS, 1990.

16 MACHADO; COSTA, 1998.

17 ALMEIDA, 2013.

cidadãos que considera viver confortavelmente. Neste âmbito, o autor fala de uma “ressaca” como efeito específico de um país que sofreu transformações bruscas e em que o sistema de expectativas esbarra no sistema de oportunidades, bloqueando a mobilidade social e o otimismo.

As “anomalias do calendário português”¹⁸ (que ora se furtou e resistiu às influências da Europa e da sociedade global, ora se deixou tardiamente arrastar por elas, impõem que tomemos em conta singularidades relevantes que apontam para descontinuidades, hiatos, sobredeterminações e coexistência de assincronismos, revelando a multidimensionalidade de uma modernidade incompleta e plural. Ao invés de processos reducionistas de um etapismo linear, partamos antes de uma visão de modernidades múltiplas, tensas e contraditórias, nas quais Portugal se aproxima e distancia de outros países europeus.

Assim se configura também o país em termos migratórios, dificilmente enquadrável, inserido num sistema lusófono que se entrelaça com o europeu; mantendo uma significativa população móvel, tanto no que se refere a entradas e saídas permanentes como temporárias; certas componentes entrando em vigília, outras sendo ativadas (recentemente a emigração).

Sobrepõem-se, então, características de semiperiferia, com as de plataforma giratória e cruzamento de sistemas e regimes migratórios¹⁹, o que desafia, persistentemente, perceções, classificações, rótulos e modelos soberanos e fixistas.

3. A partir dos números: perfis sociodemográficos e razões de partida para França

Jovens, mulheres, solteiras: um novo perfil de emigração

Um dos aspetos particularmente interessante da nossa amostra é a sua intensa feminização, o que se associa quer à própria feminização (do acesso e do sucesso) do ensino superior em Portugal²⁰, quer a processos de emancipação de género²¹.

De facto, se observarmos o Quadro n.º 1, verificamos que ¾ dos inquiridos são mulheres. Por si só, esta constatação afasta os nossos respondentes da configuração tradicional da emigração portuguesa.

Quadro n.º 1 – Distribuição dos inquiridos por sexo

	N	%
Masculino	29	25,7
Feminino	84	74,3
Total	113	100,0

Como é sabido, o estudo pretendia abranger jovens e jovens adultos. O fenómeno contemporâneo de prolongamento da juventude, com a dilatação do chamado “período de moratória”, levou-nos a considerar um intervalo entre os 20 e os 35 anos, ou seja, entre um limite mínimo correspondente à potencial conclusão de uma licenciatura de Bolonha (3 anos) e a pós-adolescência dos 35 anos. Na verdade, são as configurações do

18 MURTEIRA, 2011.

19 MARQUES; GÓIS, 2013.

20 MARTINS, 2012.

21 ALMEIDA, 2011; WALL; AMÂNCIO, 2007.

mercado de trabalho que dificultam a posse de condições de autonomia e de independência. Estas dificuldades são já antigas, uma vez que provêm da transição de sociedades fordistas, em que as relações laborais eram protegidas e reguladas, para as formações pós-fordistas, do chamado capitalismo de acumulação flexível²² em que imperam os segmentos secundários do mercado de trabalho: contratos a prazo; formação com dinheiros públicos, partilha de trabalho; trabalho a tempo parcial ou, nos tempos mais recentes, a explosão da chamada “geração nem-nem” que, como o próprio nome indica, não trabalha nem estuda, ou pelo menos não o faz de forma minimamente sistemática.

Para além da forte precarização e do adiamento do recrutamento, o desemprego e a intermitência (emprego-desemprego-formação-sistema de ensino). O que é novo, hoje, contudo, é a insuficiência dos próprios segmentos periféricos do mercado de trabalho, das redes de entajuda familiar ou mesmo da economia informal. Num contexto de globalização e de trans-territorialidade, a emigração galga os escalões etários mais jovens, como se depreende do Quadro n.º 2:

Quadro n.º 2 – Distribuição dos inquiridos por idades

	N	%
20 aos 25 anos	47	41,6
26 aos 30 anos	41	36,3
31 aos 35 anos	18	15,9
NS/NR	7	6,2
Total	113	100,0

Assim, relativamente às idades dos 113 inquiridos, verificou-se que a maior percentagem encontra-se entre os 20 e os 25 anos com 41,6% (n=46); segue-se a faixa etária entre os 26 e os 30 anos com 36,3% (n=41) e, por fim, as idades compreendidas entre os 31 e os 35 anos com 15,9% (n=18). Sem surpresas, os inquiridos são quase todos solteiros, o que não significa, como veremos nas entrevistas, que não experimentem modalidades informais de conjugalidade, baralhando a tradicional sincronização entre idade/casamento/trabalho, forjando trajetórias cada vez mais plásticas.

Quadro n.º 3 – Distribuição dos inquiridos por estado civil

	N	%
Solteiro	90	79,6
Casado	10	8,8
União de facto	11	9,7
Divorciado/separado	1	0,9
NS/NR	1	0,9
Total	113	100,0

O esgotamento do modelo de ocupação territorial português baseado na urbanização do litoral

Já no que concerne aos distritos de origem, o Norte continua a ser maioritário (traço estrutural/tradicional da emigração portuguesa), mas realça o peso fortíssimo do litoral, em geral, e das áreas metropolitanas em particular, com a de Lisboa em destaque. Não nos esqueçamos que, ao contrário da década de sessenta e mesmo de setenta do século passado, o interior já se encontra fortemente desertificado.

Quadro n.º 4 – Distribuição dos inquiridos por distrito de residência

	N	%
Viana do Castelo	1	0,9
Braga	10	8,8
Bragança	3	2,7
Guarda	2	1,8
Viseu	3	2,7
Porto	30	26,5
Aveiro	10	8,8
Coimbra	4	3,5
Leiria	3	2,7
Santarém	3	2,7
Lisboa	33	29,2
Setúbal	7	6,2
Faro	2	1,8
Açores	1	0,9
NS/NR	1	0,9
Total	113	100,0

Em concreto, relativamente aos distritos da área de residência dos 113 inquiridos, verificamos que a sua maior proveniência é de Lisboa e Porto, com 29,2% (n=33) e 26,5% (n=30) respetivamente. Destacam-se também os distritos de Aveiro e de Braga com 8,8% (n=10); o distrito de Setúbal com 6,2% (n=7); o distrito de Coimbra com 3,5 (n=4).

Estes dados provam, à sua escala, que as habituais bolsas de emprego estão saturadas para estes jovens e jovens adultos. A litoralização e urbanização já não são alternativas suficientes para a mão-de-obra mais qualificada, o que, de alguma forma, representa o esgotamento de um certo xadrez de modelo territorial.

Crise, o grande detonador**Quadro n.º 5 – Período de tempo a residir em França pelos inquiridos**

	N	%
Desde 2013	8	7,1
Desde 2012	49	43,4
Desde 2011	27	23,9
Desde 2010	12	10,6
Desde 2009	10	8,8
Desde 2008	6	5,3
NS/NR	1	0,9
Total	113	100,0

Deste modo, pode-se constatar que 7,1 % (n=8) dos inquiridos se encontra em França desde 2013; 43,4% (n=49) desde 2012; 23,9% (n=27) desde 2011; 10,6% (n=12) desde 2010; 8,8% (n=10) desde 2009 e apenas 5,3% (n=6) desde 2008.

Escolarizados, em mobilidade social bloqueada

Mas, sabemos-lo pelo Quadro n.º 8, estamos a falar de uma amostra sobre-selecionada: que 62,8% (n=71) são licenciados 32,7% (n=37) pós-graduados ou mestres e 3,5% (n=4) doutorados. Para a população portuguesa, em 2012, o valor modal do nível de escolaridade continuava a ser o 1.º ciclo do ensino básico, com mais de dois milhões e 200 mil indivíduos²³, enquanto a população com ensino superior completo (um pouco mais de um milhão e 600 mil pessoas) não ultrapassava os 14,5% do total de portugueses.

Quadro n.º 6 – Nível de formação dos inquiridos

	N	%
Licenciatura	71	62,8
Pós-graduação/mestrado	37	32,7
Doutoramento	4	3,5
NR/NS	1	0,9
Total	113	100,0

A partir do grupo da amostra que afirmou estar a viver em conjugalidade, observamos que apenas uma escassa minoria possui cônjuges com habilitações inferiores ao ensino superior, o que revela uma forte endogamia neste segmento. As relações afetivas não acontecem pela crença romântica no errático das paixões, antes seguem caminhos paralelos. A probabilidade de se encontrar alguém com reportórios e biografias sociais afins surge, desde logo, potencialmente exponenciado pela “sociedade de jovens” e seus contextos de socialização, quer nas instituições de ensino superior, quer na partilha de contextos informais ou não-formais de lazer.

Quadro n.º 7 – Nível de escolaridade do cônjuge dos inquiridos

	N	%
2º Ciclo ensino básico	2	1,8
3º Ciclo ensino básico	1	0,9
Ensino secundário	5	4,4
Bacharelato	2	1,8
Licenciatura	18	15,9
Pós-graduação	1	0,9
Mestrado	9	8,0
Doutoramento	1	0,9
NS/NR	74	65,5
Total	113	100,0

Em suma, o capital escolar destes jovens é *moderno*, o que indicará, desse ponto de vista, uma trajetória de mobilidade social ascendente face à geração anterior. Contudo, a sua particular situação de emigrantes é reveladora do bloqueamento em que se encontram: o seu título (diploma) não é suficiente para conseguir um posto (trabalho) de acordo com as suas expectativas ou ambições no país de origem. De alguma forma, é a própria crença no capital humano e no motor de ascensão social que supostamente a escolaridade superior garantiria (e que, em boa medida, justifica e legitima o esforço dos pais na sua formação).

Se verificarmos agora as formações académicas (Quadro n.º 8), constatamos uma forte concentração das licenciaturas na área da saúde. Fisioterapeutas e enfermeiros quase atingem 40% da amostra.

Quadro n.º 8 – Licenciatura dos inquiridos

	N	%
Fisioterapia	18	15,9
Enfermagem	27	23,9
Terapia ocupacional	1	0,9
Engenharia informática	1	0,9
Direito	1	0,9
Serviço social	2	1,8
Economia	4	3,5
Animação sociocultural	2	1,8
Sociologia	1	0,9
Cinema	1	0,9
Pintura	1	0,9
Contabilidade	1	0,9
Design de comunicação	1	0,9
Relações internacionais	1	0,9
Biologia	2	1,8
Comunicação	2	1,8
Ciências do desporto	1	0,9
Música	1	0,9
Reabilitação psicomotora	1	0,9
Gestão turística	1	0,9
Línguas e literatura	1	0,9
NA	42	37,2
Total	113	100,0

Com uma menor representatividade, salientamos os licenciados em Economia com 3,5% (n=4); bem como os licenciados em Animação Sociocultural, Biologia, Serviço Social e Comunicação com 1,8% (n=2) e, por fim, os licenciados em Sociologia, Cinema, Pintura, Contabilidade, Design de Comunicação, Relações Internacionais, Ciências do Desporto, Música, Reabilitação Psicomotora, Gestão Turística e Línguas e Literaturas com 0,9% (n=1) respetivamente.

Não nos esqueçamos que a França tem visto a sua população crescer: entre 2000 e 2013 há mais 5 milhões de indivíduos²⁴. Se é certo que a sua taxa de natalidade baixou ligeiramente (2000: 13,3 por mil; 2012: 12,6 por mil), o crescimento natural mantém-se positivo e a população imigrante não tem cessado de aumentar (sendo o saldo migratório sempre positivo), superando já os 5 milhões. Apesar de retrocessos, o Estado Social mantém um forte grau de cobertura e o sistema de saúde é tendencialmente universal, o que

24 Fonte: INSEE.

requer recursos humanos qualificados num volume que não é acompanhado pelas instituições de ensino superior, particularmente no que à enfermagem respeita. Por outro lado, a população com idade igual ou superior a 65 anos ronda já os 20%., o que exige igualmente um padrão elevado de cuidados.

Se atentarmos nos mestrados e pós-graduações, o panorama é diferente, uma vez que as formações em saúde anteriormente detetadas não exigem mestrado integrado.

Quadro n.º 9 – Mestrado/pós-graduação dos inquiridos

	N	%
Arquitetura	5	4,4
Economia	1	0,9
Ciências Farmacêuticas	2	1,8
Finanças	1	0,9
Engenharia Informática	2	1,8
Neuropsicologia Pediátrica	1	0,9
Reabilitação Psicomotora	1	0,9
Integração Europeia	1	0,9
Estudos Feministas	1	0,9
Gestão	2	1,8
Tecidos e Viabilidade Tecedular	1	0,9
Comunicação	2	1,8
Relações Internacionais	1	0,9
Direito	1	0,9
Engenharia Biológica	2	1,8
Engenharia Química	2	1,8
Astrofísica	1	0,9
Engenharia Eletrotécnica	1	0,9
Engenharia Mecânica	1	0,9
História da Arte	1	0,9
Medicina Veterinária	1	0,9
Engenharia Biomédica	1	0,9
Filosofia	1	0,9
Energia Elétrica	1	0,9
Biologia	1	0,9
Medicina	2	1,8
NA	76	67,3
Total	113	100,0

Assim, dos 37 inquiridos com mestrado ou pós-graduação destacamos 10 em diversas engenharias (9%); 8 em diferentes domínios da saúde (7,2%); 7 em várias humanidades e ciências sociais (6,3%); 5 (4,4%) com formação em arquitetura; 4 em áreas próximas à economia e gestão (3,6%).

Trabalho

Qual a ocupação atual dos nossos inquiridos? Sem surpresa, constatamos que 69% trabalham, enquanto 8,8% trabalham e estudam e 18,6% só estudam. O desemprego é residual. Na verdade, estamos a falar de jovens emigrantes que definem com precisão um percurso. Antes de partir, como veremos pelas entrevistas, o posto de trabalho encontra-se já assegurado.

Quadro n.º 10 – Ocupação atual dos inquiridos

	N	%
Estuda	21	18,6
Trabalha	78	69,0
Estuda e trabalha	10	8,8
Desempregado (a)	1	0,9
À procura do 1.º emprego	2	1,8
NS/NR	1	0,9
Total	113	100,0

Na sua maioria trabalham como assalariados. No entanto, não deixa de ser relevante que 15,8% sejam patrões (sendo que 12,3% com mais de 10 trabalhadores ao serviço), o que indica, dado o pouco tempo de permanência em França e a sua juventude, uma notável capacidade de risco e de inserção num mercado de trabalho competitivo, por um lado, a par, igualmente, de um forte reconhecimento da qualidade da sua formação e da validade das suas competências, por outro. É de realçar, ainda, que 7,9% trabalhem por conta própria. As entrevistas ajudar-nos-ão a perceber que existe um modelo sequencial. Quase todos começam como assalariados, mas alguns, dadas as oportunidades na sua área de prestação de serviços, rapidamente criam o seu próprio posto de trabalho, recrutando mesmo, mal se torne necessário, colaboradores.

Quadro n.º 11 – Situação profissional dos inquiridos

	N	%
Patrão com mais de 10 trabalhadores ao serviço	14	12,3
Patrão com menos de 10 trabalhadores ao serviço	4	3,5
Trabalhador por conta própria	9	7,9
Trabalhador por conta de outrem	62	54,4
Trabalhador familiar não remunerado	2	1,8
Outra situação	8	7,0
NS/NR	14	12,3
Total	113	100,0

Dos 8 inquiridos que se encontram numa “outra situação” profissional, destacamos aqueles que na sua maioria são estudantes com 4,4% (n=5). Dos restantes, um encontrava-se desempregado; outro era estagiário e outro ainda bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Quadro n.º 12 – Outra situação profissional dos inquiridos

	N	%
Desempregado	1	0,9
Bolsheiro FCT	1	0,9
Estudante	5	4,4
Estagiário	1	0,9
NA	105	92,9
Total	113	100,0

De acordo com o Quadro n.º 13, é o setor privado o principal segmento de absorção desta mão-de-obra qualificada. No entanto, se somarmos as várias modalidades de empresas que pertencem ao domínio público (setor empresarial; institutos públicos; administração pública central, regional ou local) alcançaremos um valor não despreciando: 30%. Pelo contrário, o chamado terceiro setor não desempenha um papel relevante.

Quadro n.º 13 – Tipo de empresa onde trabalham os inquiridos

	N	%
Empresa privada	50	41,7
Empresa pública	20	16,7
Empresa mista	11	9,2
Órgão de administração pública, central ou regional	8	6,7
Órgão da administração local	1	0,8
Instituto público	7	5,8
Associação de desenvolvimento	2	1,7
Outro tipo de associação sem fins lucrativos	1	0,8
Outro	4	3,3
NS/NR	9	7,5
Total	113	100,0

Razões para sair de Portugal

Se atendermos ao cruzamento do grau de concordância por sexo denotamos uma tendência para uma maior aceitação da possibilidade de abandonar o país após a conclusão do curso por parte do sexo masculino (Quadro n.º 14). Atenda-se à percentagem de “não concordo” por parte de ambos os sexos: 41,7% das mulheres situa-se nesta opção.

A literatura sobre os processos de socialização de gênero fornece interessantes pistas interpretativas.

É sabido que, apesar de uma certa tendência para uniformizar campos de possibilidades, os rapazes são mais orientados para o espaço exo-familiar, bem como para uma maior autonomia face à ordem familiar. Daí que imaginem certos percursos ou opções como mais prováveis, ao contrário das raparigas que manifestam uma adesão superior ao universo doméstico.

Quadro n.º 14 – Grau de concordância face a “Sempre desejei sair do país após concluir o curso” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	27,6%	10,3%	34,5%	20,7%	6,9%
Feminino	41,7%	15,5%	23,8%	15,5%	3,6%
Total	38,1%	14,2%	26,5%	16,8%	4,4%

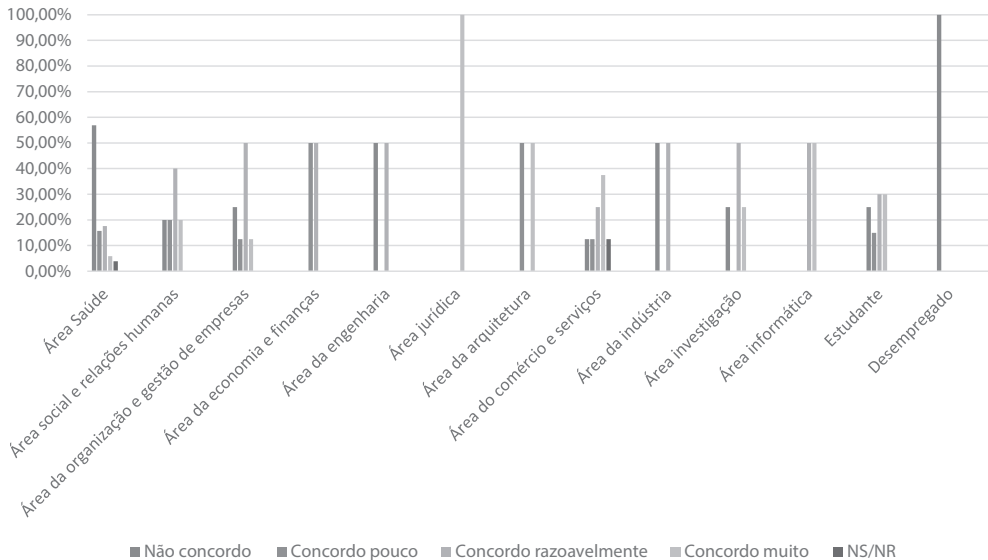
No que concerne ao cruzamento do grau de concordância por grupos etários confirmamos que os sujeitos com maior maturidade dentro da nossa amostra são os que sempre demonstraram maior desejo em sair do país após concluir o curso. Na verdade, são eles os que mais expostos estão (e há mais tempo) aos fatores de exclusão do mercado de trabalho, bem como os que mais sofrem com um prolongado e sistemático não reconhecimento das qualificações.

Quadro n.º 15 – Grau de concordância face a “Sempre desejei sair do país após concluir o curso” por idade

Idade	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
20 aos 25 anos	38,3%	12,8%	23,4%	19,1%	6,4%
26 aos 30 anos	41,5%	14,6%	29,3%	12,2%	2,4%
31 aos 35 anos	27,8%	16,7%	33,3%	22,2%	0%
Total	37,7%	14,2%	27,4%	17,0%	3,8%

Se fizermos uma breve comparação com as áreas profissionais, constatamos algumas tendências que consideramos relevantes para a análise (Gráfico n.º 1). Atenda-se, por exemplo, nos profissionais da área da saúde nos quais a grande maioria (56,9%) não concorda em absoluto com a afirmação; já 37,5% dos profissionais da área do comércio e serviços concorda em absoluto com esta afirmação. A diversidade de situações pode explicar-se, por um lado, com as expectativas “habituais” de empregabilidade em determinados setores do mercado de trabalho concordantes com as formações académicas e, por outro, com a intensa volatilidade que as inserções têm sofrido nos últimos anos.

Gráfico n.º 1 – Grau de concordância face a “Sempre desejei sair do país após concluir o curso” por áreas profissionais



Atendendo ao cruzamento do grau de concordância com a estimulação por parte da família em procurar emprego fora, por sexo (Quadro n.º 16) denotamos que esta variável não é estatisticamente relevante para a análise. Em ambos os sexos a discordância impera, o que revela a preferência, por parte da família, em estimular os seus jovens a procurar emprego, antes de mais, em território nacional. Este poderá ser, aliás, um indicador que revela como a decisão de emigrar pode ser relutantemente encarada por parte da família.

Quadro n.º 16 – Grau de concordância face a “A minha família sempre me estimulou a procurar emprego fora” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	34,5%	31,0%	27,6%	3,4%	3,4%
Feminino	39,3%	26,2%	17,9%	10,7%	6,0%
Total	38,1%	27,4%	20,4%	8,8%	5,3%

Observando o cruzamento do grau de concordância por sexo denotamos uma tendência oposta a nível de género para não encontrar emprego apesar de várias tentativas (Quadro n.º 17): 44,8% dos homens não concordam com esta afirmação enquanto 40,5% das mulheres têm o maior nível de concordância. Em boa medida, uma explicação possível passa por algo já anteriormente referido: a aquisição mais precoce de disposições de autonomia, por parte dos rapazes, contrasta com uma ainda acrescida integração familiar por parte das raparigas. Por outras palavras, eles nem tentam procurar emprego (até porque sabem da dificuldade em consegui-lo) e muito mais rapidamente optam pelo estrangeiro. Elas, mais relutantes nessa opção radical, ensaiam tentativas várias de permanecer no país.

Quadro n.º 17 – Grau de concordância face a “Não consegui encontrar emprego, apesar de várias tentativas” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	44,8%	13,8%	20,7%	17,2%	3,4%
Feminino	31,0%	7,1%	16,7%	40,5%	4,8%
Total	34,5%	8,8%	17,7%	34,5%	4,4%

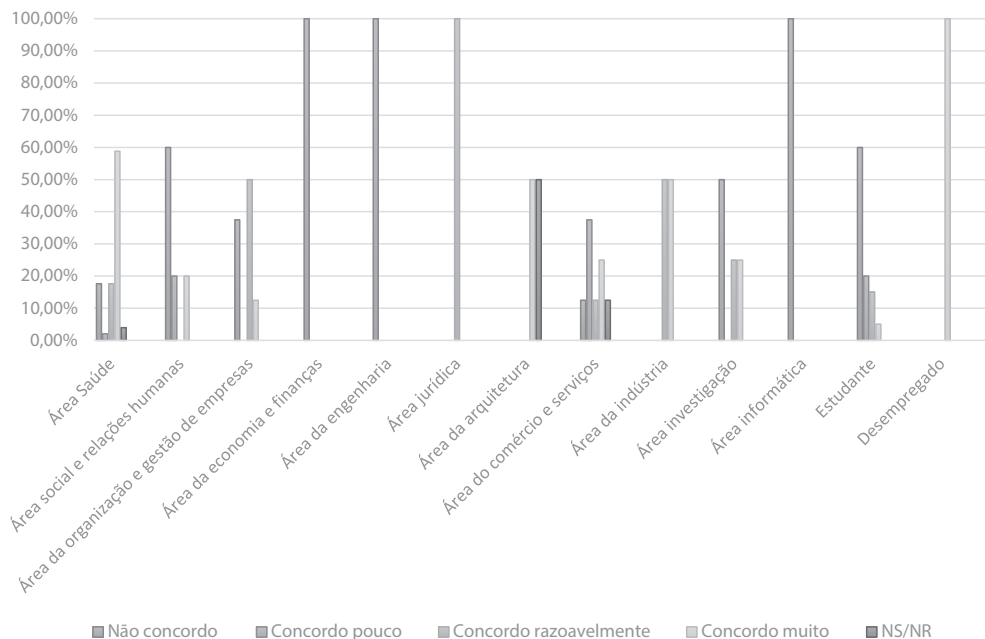
No que respeita ao cruzamento do grau de concordância por grupos etários (Quadro n.º 18) confirmamos uma maior dificuldade por parte de grupos etários mais jovens (20 aos 25 anos) em conseguir entrar no mercado de trabalho (42,6% concordam muito com a afirmação). Parece haver uma menor dificuldade à medida que os indivíduos vão ficando mais velhos, não só porque acumularam experiências que lhes permitiram enriquecer e diversificar o currículo profissional como, ao mesmo tempo, terão porventura feito um trabalho “interno” de reajuste entre as condições objetivas que a configuração do mercado de trabalho impõe e as suas próprias perceções e expectativas.

Quadro n.º 18 – Grau de concordância face a “Não consegui encontrar emprego, apesar de várias tentativas” por idade

Idade	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
20 aos 25 anos	17,0%	12,8%	19,1%	42,6%	8,5%
26 aos 30 anos	46,3%	2,4%	17,1%	31,7%	2,4%
31 aos 35 anos	55,6%	5,6%	22,2%	16,7%	0%
Total	34,9%	7,5%	18,9%	34,0%	4,7%

Se fizermos uma breve comparação com as áreas profissionais, constatamos algumas tendências que consideramos relevantes para a análise (Gráfico n.º 2). Com maiores dificuldades surgem os profissionais da área da saúde, nos quais a grande maioria (58,8%) concorda em absoluto com a afirmação. Em sentido oposto, a totalidade dos profissionais dos domínios da Economia e Finanças, Engenharia e Informática discordam da afirmação, revelando maior facilidade na obtenção de emprego.

Gráfico n.º 2 – Grau de concordância face a “Não consegui encontrar emprego, apesar de várias tentativas” por área profissional



Por outro lado, sendo a amostra juvenilizada, não surpreende o alto nível de concordância com um o gosto, algo experimental e hedonista, de viajar e trabalhar fora. Apesar de internamente diferenciadas (por classe social, género, etnia ou grupos etários), as jovens coortes demográficas pós anos oitenta partilham um *ethos* cosmopolita que se reforça pela intensidade das referências desterritorializadas e por uma certa ignorância das fronteiras administrativas. Essa será, aliás, uma das marcas que as identificam distintivamente como “geração social”²⁵. A globalização, a escala de integração europeia, os processos de intercâmbio associativo e mobilidade juvenil, a densidade da rede de transportes²⁶ e, em alguns casos (companhias *low cost*), o embaratecimento das tarifas, tornam banal a experiência da viagem, outrora desconhecida, temida, dificultada e até exotizada.

Quadro n.º 19 – Grau de concordância face a “Sempre gostei de viajar e trabalhar fora” por idade

Idade	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
20 aos 25 anos	14,9%	23,4%	21,3%	34,0%	6,4%
26 aos 30 anos	7,3%	19,5%	31,7%	36,6%	4,9%
31 aos 35 anos	11,1%	5,6%	44,4%	38,9%	0%
Total	11,3%	18,9%	29,2%	35,8%	4,7%

25 PAIS, 2000.

26 SANTOS, 1999.

Existe igualmente uma ampla concordância, sem significativa variação com as possíveis variáveis independentes, exceto o sexo, com o esgotamento do país em termos de prossecução de uma carreira. Para além das elevadas taxas de desemprego, a perceção de ausência de carreira remete para uma das características mais marcantes dos chamados “trabalhadores flexíveis”: a informalidade dos laços de trabalho e a precarização. Tais constrangimentos levam a uma elevada reversibilidade das situações profissionais, sempre provisórias, e mesmo a uma “prisão” na eterna passagem, no efémero permanente.

A impossibilidade de uma expectativa de estabilidade (a “carreira”) radica ainda numa dupla individualização da relação laboral: externa (patente, por exemplo, nos contratos a prazo, altamente juvenilizados e na tendência para a facilitação e embaratecimento dos despedimentos) e interna (através da proliferação dos contratos individuais de trabalho e da queda abrupta da negociação coletiva).

Se falarmos em termos de progressão na formação, o cruzamento do grau de concordância por sexo indica uma certa tendência para uma maior concordância por parte do sexo feminino (Quadro n.º 22). Podemos concluir que as mulheres sentem que têm maior dificuldade em conseguir progredir em termos de formação ou em ver esse esforço reconhecido, o que alerta para segmentações de género, ainda persistentes, no mercado de trabalho.

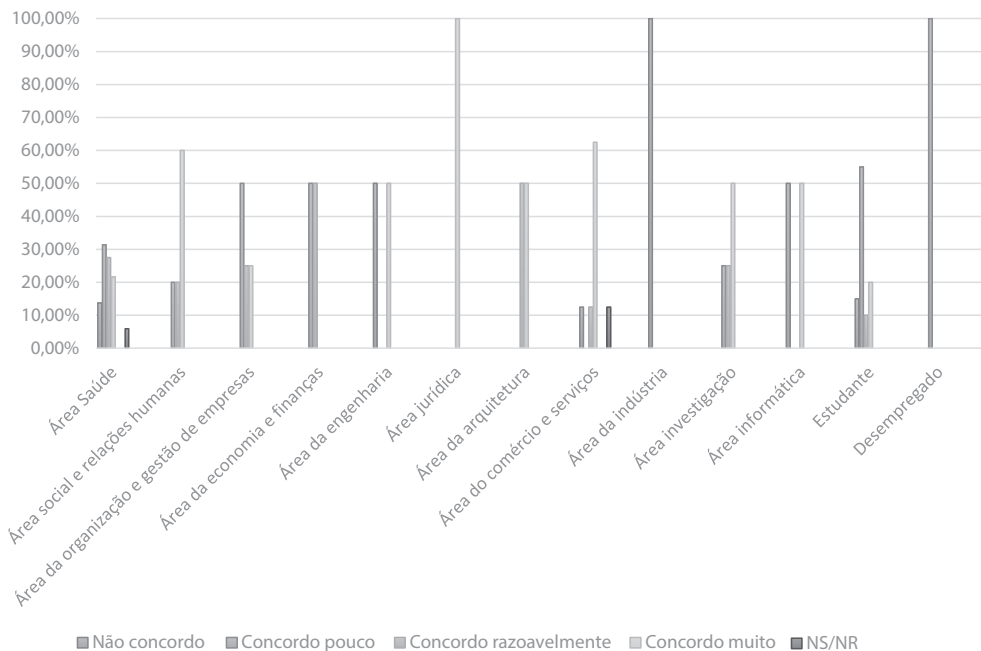
Além do mais, a acumulação de experiências formativas é hoje uma exigência presente por parte das entidades patronais. O desemprego estrutural e a precarização permitem que se exija mais por menos dinheiro. Aliás, o jovem trabalhador vive a “obrigação” da sua própria formação, sendo sancionado se não a obtiver. No entanto, 50,4% da nossa amostra concorda com a impossibilidade de progredir nesta dimensão. Uma vez mais, a profunda descoincidência entre exigências socialmente aceites e condições objetivas de concretização podem levar a agudas situações de frustração.

Quadro n.º 20 – Grau de concordância face a “Em Portugal não consigo progredir em termos de formação” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	20,7%	34,5%	17,2%	17,2%	10,3%
Feminino	10,7%	29,8%	23,8%	32,1%	3,6%
Total	13,3%	31,0%	22,1%	28,3%	5,3%

Se fizermos uma breve comparação com as áreas profissionais, constatamos algumas tendências que consideramos relevantes para a análise (Gráfico n.º 3). Atenda-se, por exemplo, à elevada concordância pela grande maioria dos profissionais da área social e relações humanas (60%), área de comércio e serviços e mesmo por parte de todos os profissionais (100%) da área jurídica. Do lado oposto, ou seja, com uma discordância absoluta estão todos os profissionais da área da indústria (100%).

Gráfico n.º 3 – Grau de concordância face a “Em Portugal não consigo progredir em termos de formação” por área profissional



Quanto à remuneração, tanto homens como mulheres tendem a concordar que em Portugal não conseguem progredir. Atenda-se, no entanto, que esta tendência é mais acentuada nas mulheres (63,1%) do que nos homens (55,2%).

As sociedades contemporâneas são máquinas extraordinárias de classificação. Não por acaso fala-se hoje abundantemente na “geração 500 euros”. A já referida volatilidade do emprego jovem, a par da cada vez maior facilidade em substituir os trabalhadores (entre outras coisas pela fragmentação das tarefas e pela externalização de fileiras de produção), permite reduzir a componente fixa do salário. A componente variável, por seu lado, ainda que reduzida, fica associada à intensificação do trabalho: aumento da jornada; flexibilidade horária, trabalho em feriados e fins-de-semana; trabalho por objetivos; etc.). Pablo López Calle²⁷ fala mesmo da “balcanização do mercado de trabalho”, à qual os jovens estão particularmente expostos: aumento da rotação de entradas e saídas no mesmo posto de trabalho; intermitência da mesma pessoa no mesmo posto de trabalho ou sucessão de diferentes pessoas para o mesmo posto; falsos recibos verdes; teletrabalho; etc.

Em suma, mais trabalho por menos dinheiro, reforçando a tendência que o geógrafo David Harvey²⁸ (1989) defende ter começado em 1972, na véspera dos choques petrolíferos, e que se consubstancia na passagem de um sistema “fordista” para um capitalismo de “acumulação flexível” onde os custos do trabalho devem ser reduzidos ao mínimo. Esta transição, que teve primeiro impacto nos países em desenvolvimento, chega agora, em força, aos países da semiperiferia europeia (como Portugal) e do centro.

27 LÓPEZ CALLE, 2010.

28 HARVEY, 1989.

Quadro n.º 21 – Grau de concordância de “Em Portugal não consigo progredir em termos de remuneração” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	3,4%	10,3%	27,6%	55,2%	3,4%
Feminino	0%	9,5%	23,8%	63,1%	3,6%
Total	9%	9,7%	24,8%	61,1%	3,5%

Analisando agora a possibilidade de constituir família, se atendermos ao cruzamento do grau de concordância por sexo denotamos uma certa tendência para um maior constrangimento em conseguir dinheiro para constituir família por parte das mulheres (Quadro n.º 22). Uma vez mais, apesar do inegável progresso ao nível das qualificações (o ensino superior encontra-se feminizado, tanto no ingresso como no sucesso), elas percebem uma discriminação na esfera laboral com consequências na trajetória de autonomização face à família de origem. Os ciclos de vida ficam assim “baralhados”, longe de um modelo etapista, de transições lineares²⁹. Além do mais, como revelam estudos comparativos a nível europeu, “there is a high level of attachment to paid among women, as well as a will to combine work with family life, contradicting the old stereotypes about women’s wishes and their social identity”³⁰.

Quadro n.º 22 – Grau de concordância face a “Em Portugal não consigo ter dinheiro para constituir família” por sexo

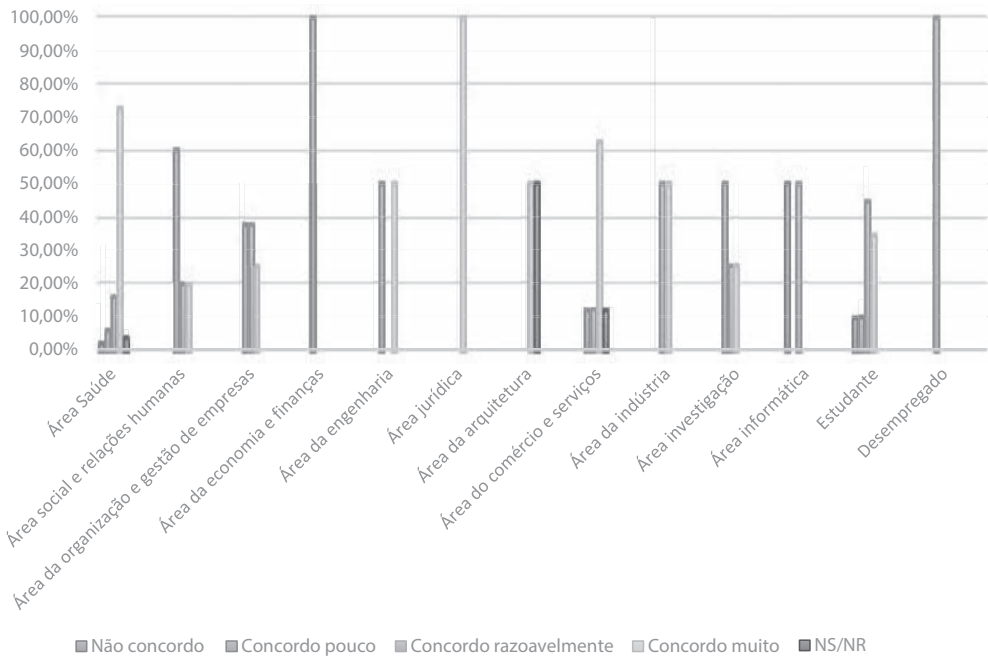
Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	3,4%	20,7%	34,5%	37,9%	3,4%
Feminino	3,6%	13,1%	22,6%	56,0%	4,8%
Total	3,5%	15,0%	25,7%	51,3%	4,4%

Se fizermos uma breve comparação com as áreas profissionais, constatamos algumas tendências que consideramos relevantes para a análise (Gráfico n.º 4). Atenda-se, por exemplo, aos profissionais da área da saúde e da área jurídica que se posicionam em elevados níveis de concordância e, em oposição, uma vez mais, os profissionais da área da Economia e Finanças dos quais a totalidade se posiciona numa concordância pouco elevada.

29 NICO, 2013.

30 TORRES *et al*, 2007.

Gráfico n.º 4 – Grau de concordância face a “Em Portugal não consigo ter dinheiro para constituir família” por área profissional



Uma das dimensões que suscita maior adesão por parte da nossa amostra, independentemente do género, idade e com diferenças pouco expressivas na área profissional, prende-se com a dificuldade em ter casa própria. Ao contrário de velhas interpretações, que fazem radicar numa tradição ideológico-simbólica familialista a tardia emancipação dos jovens portugueses, por oposição, os principais dados disponíveis mostram que é precisamente a falta de habitação que bloqueia os jovens nas transições. Ao contrário dos progenitores, maioritariamente com um emprego estável e uma forte ética de poupança, que conseguiam adquirir casa própria (ainda que hipotecada ao banco), as jovens gerações não têm nem rendimento fixo, nem uma propensão ao aforro, fatores que se agravam com carências estruturais no mercado de arrendamento.

Quadro n.º 23 – Grau de concordância face a “Em Portugal não consigo ter uma casa própria” por sexo

Sexo	Não concordo	Concordo pouco	Concordo razoavelmente	Concordo muito	NS/NR
Masculino	10,3%	10,3%	41,4%	34,5%	3,4%
Feminino	7,1%	13,1%	16,7%	59,5%	3,6%
Total	8,0%	12,4%	23,0%	53,1%	3,5%

Breves notas conclusivas

Os nossos inquiridos são maioritariamente mulheres, com retaguardas familiares estáveis ou até confortáveis e que, na sua maioria, escolhem emigrar mais pelo desejo de deixarem de ser sociologicamente jovens (isto é, aprisionados nas transições para o mercado de trabalho minimamente estável; para uma família de destino; para a conjugalidade e a parentalidade), do que por desespero ou privação extrema.

Querem prosseguir carreira na sua área de formação; almejam uma boa remuneração; pretendem constituir família e ter casa própria, em autonomia face aos progenitores.

Para estes jovens, a França oferece níveis superiores de remuneração, reconhecimento, atualização e progressão. Oferece, em suma, uma carreira – ainda que começando em situações precárias. Em suma, o modelo de precariedade do mercado de trabalho francês não se afigura, para estes jovens, como desqualificante.

Além do mais, a descoincidência entre Portugal e França face ao nível de estruturação e do ritmo de retração do Estado-Providência oferece a muitos destes novos emigrantes uma inserção, em particular no setor da saúde, bastante desejada no país de destino.

É possível, como de resto se depreende pelos inquéritos, que alguns não permaneçam em França. A diversidade europeia abre-lhes constantes caminhos de comparação e de retificação dos percursos, particularmente quando mobilizam disposições favoráveis à experimentação e à mobilidade. Contudo, parece certo que não desejam regressar à (sua) juventude, de transições teimosamente dilatadas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Ana Nunes (coord.), 2011 – “Os nossos dias” in MATTOSO, José (dir.) – *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores /Temas e debates.
- ALMEIDA, João Ferreira de, 2013 – *Desigualdades e Perspetivas dos Cidadãos. Portugal e a Europa*. Lisboa: Mundos Sociais.
- BAGANHA, Maria Ioannis; PEIXOTO, J., 1997 – “Trends in the 90’s: the Portuguese migratory experience” in BAGANHA, Maria Ioannis (ed.) – *Immigration in Southern Europe*. Oeiras, Celta Editora, p. 15-40.
- BANDEIRA, Mário Leston, 1996 – “Teorias da população e modernidade: o caso português”. *Análise Social*. N.º 135, p. 7-43.
- BARRETO, António, 1995 – “Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960-1995”. *Análise Social*. Vol. XXX, n.º 134, p. 841-855.
- BARRETO, António, 1996 – “Três décadas de mudança social” in BARRETO, A. (org.) – *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- COGO, Denise; BADET, Maria, 2013 – “De braços abertos: a construção midiática da imigração qualificada e do Brasil como país de imigração” in ARAÚJO, E.; FONTES, M.; BENTO, S. (ed.) – *Para um debate sobre Mobilidade e Fuga de Cérebros*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, p. 32-57.
- FERRÃO, João, 1996 – “Três décadas de consolidação de Portugal demográfico moderno” in BARRETO, A. (org.) – *A Situação Social em Portugal (1960-1995)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, p. 165-190.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, 1978 – “L’émigration portugaise (XV-XX siècles): une constante structurelle et les réponses aux changements du monde”. *Revista de História Económica e Social*. N.º 1, p. 5-32.
- HARVEY, David, 1989 – *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- LAHIRE, Bernard, 2001 – *L’homme pluriel. Les ressorts de l’action*. Paris: Nathan.
- LAHIRE, Bernard, 2002 – *Portraits sociologiques. Dispositions et variations individuelles*. Paris: Nathan.
- LÓPEZ CALLE, Pablo, 2010 – “El impacto sobre el empleo juvenil de las reformas laborales y la reorganización productiva en España”. *Revista de Cultura y Ciencias Sociales*. N.º 66, p. 43-50.
- MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da (org.), 1998 – “Processos de uma modernidade inacabada. Mudanças estruturais e mobilidade social” in VIEGAS, J. M. L.; COSTA, A. F. da – *Portugal, que Modernidade?* Celta: Oeiras, p. 17-44.
- MALHEIROS, Jorge, 2011 – “Portugal 2010: o regresso do País de emigração? Notas e Reflexões”. *JANUS.NET e-journal of International Relations*. Vol. 2, n.º 1. Disponível em: <observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_not3> [consult. 13 de nov. 2013].
- MARQUES, José Carlos; GÓIS, Pedro, 2013 – “Dinâmicas do sistema migratório lusófono: um olhar a partir das migrações portuguesas”. *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações*. N.º 24, p. 213-232.